

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DA REPÚBLICA NOVA À NOVA REPÚBLICA
Um panorama da política brasileira

Blaise Pascal Medeiros dos Santos



NATAL
2006

BLAISE PASCAL MEDEIROS DOS SANTOS



DA REPÚBLICA NOVA À NOVA REPÚBLICA
Um panorama da política brasileira

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, sob a orientação da professora-doutora Maria da Conceição Fraga, como requisito para obtenção do diploma em Licenciatura e Bacharelado do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NATAL
2006

BLAISE PASCAL MEDEIROS DOS SANTOS

DA REPÚBLICA NOVA À NOVA REPÚBLICA
Um panorama da República brasileira

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, sob a orientação da professora-doutora Maria da Conceição Fraga, como requisito para obtenção do diploma em Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª.Dr^ª. Maria da Conceição Fraga (DEH/UFRN)
Orientador

1º Examinador

2º Examinador

À minha mãe, pois sem sua insistência eu não
teria conseguido concluir esta monografia, e
ao meu pai (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, que insistiu para que eu prosseguisse e terminasse esse curso. Agradeço, também, à professora Conceição Fraga, que entendeu a minha situação e se prontificou a ajudar-me a produzir este trabalho monográfico. Presto meus agradecimentos, ainda, à professora Aurinete Girão, pelo auxílio dado na elaboração das normas técnicas desta monografia. Não posso esquecer da colaboração da minha irmã na correção dos problemas referentes à língua portuguesa. Agradeço a todos os professores que me foram prestativos ao longo do curso, e com os quais eu fiz amizade, em especial aos que se prontificaram a me orientar, como: Hélder Viana, Kokinho e Raimundo Arrais. Por fim, agradeço aos meus colegas da faculdade, em particular do conhecido Grupo da Morte, pela amizade e por estarem sempre dispostos a me auxiliar nos momentos difíceis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 A REPÚBLICA VARGUISTA (1930-1945).....	09
1.1 Considerações Iniciais.....	09
1.2 A Transição para a República Nova.....	10
1.3 O Governo Provisório.....	12
1.4 O Governo Constitucional.....	16
1.5 O Estado Novo.....	19
1.6 A Queda do Estado Novo.....	22
2 A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA E POPULISTA (1945-1964).....	25
2.1 Considerações Iniciais.....	25
2.2 O Período Dutra.....	26
2.3 Vargas novamente no poder.....	28
2.4 De Vargas a Kubitschek.....	31
2.5 O Período Jânio Quadros.....	33
2.6 O Período João Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964.....	34
3 DA [?] REPÚBLICA MILITAR À NOVA REPÚBLICA	37
3.1 O Período Ditatorial Militar.....	37
3.2 O Período Figueiredo e o Início da Abertura Democrática.....	40
3.3 A Nova República e a Consolidação Democrática.....	44
CONCLUSÃO.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	49

RESUMO

Em 1930, iniciava-se uma nova fase da República brasileira, chamada República Nova. O país deixava de lado o domínio das oligarquias regionais para buscar um governo centralizado e nacional. A partir desse momento, o período republicano passaria por três etapas bem marcantes: a primeira abrangeu os quinze anos do governo de Getúlio Vargas, um período bastante complexo, já que apresentou fases de maior ou menor participação política; a segunda compreendia a abertura democrática, apresentando características políticas que se alteraram à medida que o período avançava e que surgiam novas conjunturas sociais e econômicas; a terceira corresponderia à implantação do regime ditatorial militar e ao processo de redemocratização. Esta etapa apresentou um período de recrudescimento que se prolongou até a decretação do Ato Institucional N°5, e outro de reestruturação da oposição que se deu a partir da primeira metade da década de 1970. O crescimento oposicionista acabou fazendo com que os militares iniciassem a distensão política do regime que, juntamente com a organização dos sindicatos e da sociedade civil, conduziu à abertura democrática, consolidada com a Constituição de 1988 e a eleição direta para presidente ocorrida em 1989. A partir deste ano, tinha início a Nova República, caracterizada pela vivência plena da democracia.

Palavras-chave: República. Política. Democracia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem como objetivo compreender a fase republicana brasileira, mais precisamente o período que se inicia com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, que ficou conhecido como Revolução de 30, indo até a eleição direta para presidente em 1989, quando foi eleito Fernando Collor de Mello. Buscarei descrever e analisar o processo republicano, tentando mostrar as lutas políticas que foram travadas nesse período, bem como as características principais das constituições que vigoraram nesse espaço de tempo. Procurarei, ainda, expor as mudanças de regime político ocorridas durante essas décadas, buscando sempre analisá-las em sua relação com os aspectos sociais, econômicos e, em certos momentos, com a conjuntura internacional.

Para a execução deste trabalho foram utilizados textos de vários autores, dentre eles: o livro "Cidadania no Brasil: o longo caminho", em especial o capítulo que trata dos anos 1930-1964, de José Murilo de Carvalho; o texto "Os anos 1930: as incertezas do regime", escrito por Dulce Chaves Pandolfi; o texto "O Estado Novo: o que trouxe de novo?", produzido por Maria Helena Capelato; o livro "Trajetória Política do Brasil (1500-1964)", de autoria de Francisco Iglesias; o livro "Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)", escrito por Maria do Carmo Campello de Souza; o livro "O Brasil de 1945 a 1964", de Edgard Luís de Barros; o livro "História Geral do Brasil", organizado por Maria Yedda Linhares; a dissertação "As bases sócio-econômicas dos partidos políticos no Brasil 1982/90", escrita por João Rego; e a monografia "Reforma Política: uma questão de fidelidade?", produzida por William Azevedo Cabral, ex-aluno do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

período
muito longo
1930-1989
muito abrangente

muito abrangente

Atualmente, torna-se importante o estudo do período republicano para tentarmos compreender as fragilidades do atual quadro político partidário brasileiro. Além disso, esse estudo contribui para o entendimento a cerca da noção de cidadania no Brasil de hoje, que, em
atraves de que?
muitos casos, envolve trocas de favores meramente eleitoreiros.

~~Esse trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica que envolveu consultas a livros, monografias e dissertações.~~

O primeiro capítulo trata dos quinze anos do governo de Getúlio Vargas, caracterizados pela dualidade: liberdade e autoritarismo.

O segundo capítulo busca descrever o vasto processo democrático iniciado em 1945, e que teve fim em 1964 com a decretação de um golpe de Estado dado pelos militares em aliança com civis.

O terceiro capítulo abrange tanto o período ditatorial militar, quanto o processo de redemocratização brasileiro iniciado ainda na década de 1970 e expandido até a década de 1990.

1 A REPÚBLICA VARGUISTA (1930-1945)

1.1 Considerações Iniciais

Durante o ano de 1930, ocorreu no Brasil uma mudança de poder político que iria resultar em significativas alterações nos campos social, econômico e ideológico. Vários historiadores trataram desse assunto: para José Murilo de Carvalho, outubro de 1930 havia sido “um divisor de águas na história do país”¹, “o acontecimento mais marcante da história política do Brasil desde a independência”². Já Vavy Pacheco fala que o que houve em 30 foi uma “ruptura institucional”³. Francisco Iglesias menciona que “a partir dessa data iria ocorrer uma revisão da vida nacional”⁴. Existem autores, como De Deca⁵ que discordam desse pensamento, preferindo não colocar a Revolução de 30 como marco de uma nova fase. Divergências ocorrem, também, no sentido de afirmar se ocorreu uma revolução de fato ou não. Autores, como José Murilo de Carvalho, discordam do termo revolução por entenderem que neste ano não ocorreu a ascensão de uma classe ao poder.

Percebe-se, contudo, que a tomada do poder por Getúlio Vargas e seus “companheiros” da Aliança Liberal em 1930 representou um fato de grande importância para a história nacional, já que esta iria sofrer substanciais alterações ao longo da década de 1930 e 1940, embora o poder das oligarquias ainda fosse sentido por vários anos do pós-30, perdendo espaço com a decretação do Estado Novo em 1937.

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Marcha acelerada (1930-1964)*. In: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 87.

² *Ibid*, p. 89.

³ BORGES, Vavy Pacheco. *Anos trinta e política: história e historiografia*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 160.

⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 233.

* DE DECA, ?

1.2 Do Regime Oligárquico ao Governo Provisório

Desde a segunda década do século XX, o Brasil passava por uma crise em sua área econômica, política e social, tendo sido fatores externos responsáveis pelo agravamento do problema. Um deles foi a Primeira Guerra Mundial, que desestabilizou a economia mundial e, em particular, a brasileira. Este acontecimento causou um desequilíbrio na balança comercial do Brasil, até então pautada na exportação de um único produto - o café. Isso acabou gerando uma grande crise inflacionária, já que levou à dificuldade de comprar produtos no exterior. Outro fator que acabou levando instabilidade às elites nacionais, ou melhor, regionais, foi a Revolução Russa de 1917, principalmente através de sua repercussão no Brasil com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. A Crise de 1929, gerada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, tornou-se o último e o mais importante acontecimento externo a contribuir para a desestabilização do país. Este mostrou que o sistema liberal, até então em vigor, estava em colapso no mundo e também no Brasil.

Como causa interna para a crise, tem-se o crescimento do tenentismo através de várias revoltas ao longo da década de 1920, como a conhecida Coluna Prestes. O tenentismo era um movimento com propostas políticas e sociais para a nação, já que este almejava um governo de cunho nacionalista e centralizador. Na verdade, os tenentes, que eram jovens oficiais, buscavam a retomada da influência que os militares possuíam na fase inicial do período republicano e que foi perdida em favor do aumento do poder das oligarquias.

Durante a chamada República Velha, quem detinha o poder eram as oligarquias regionais, com os partidos políticos tendo abrangências regionais, sendo muitas vezes criados para favorecer “interesses particulares”. Um exemplo de um partido desse tipo foi o Partido Republicano Mineiro, representante das oligarquias de Minas Gerais.

Todo o ambiente de crise pelo qual passava o Brasil teve, em 1929, uma conjuntura propícia à manifestação, influenciado, de maneira imediata, quer seja pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, quer seja por mais uma cisão que ocorria entre as oligarquias que dominavam o cenário político brasileiro. Tal “cisão oligárquica” ocorreu porque a oligarquia paulista insistiu em um candidato também paulista para assumir a Presidência da República em 1930, quando, pelas regras da “política do café-com-leite”, quem deveria assumir era um mineiro, já que ocorria um “revezamento presidencial” entre Minas Gerais e São Paulo.

A oligarquia mineira, insatisfeita, aliou-se às oligarquias gaúcha e paraibana, formando a chamada Aliança Liberal, frente de oposição aos paulistas. Esta possuía como candidato a presidente o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, sendo seu vice o “Presidente” da Paraíba, João Pessoa.

Realizadas as eleições, foi eleito o candidato dos paulistas, Júlio Prestes, devido às conhecidas fraudes eleitorais. Quando a oposição já se “acostumava” com este resultado, um fato mudou os rumos dos acontecimentos - o assassinato de João Pessoa. Os oligarcas oposicionistas uniram-se, então, aos tenentes e passaram a buscar a tomada do poder, nem que fosse pelas armas. Estas, contudo, não precisaram ser usadas, já que se conseguiu depor Washington Luís da presidência sem a necessidade de uma guerra civil. Isto porque a oposição conseguiu mobilizar praticamente todos os estados da federação. O presidente foi deposto por uma junta formada por três militares, que passaram o poder ao chefe do movimento oposicionista, Getúlio Vargas. A partir desse momento tinha início o chamado Governo Provisório.



1.3 O Governo Provisório

Após a chegada de Getúlio ao poder, iniciava-se um novo momento na história nacional, caracterizado pela busca da centralização, pelo intervencionismo do Estado e pela tendência à nacionalização. O auge dessa política deu-se a partir de 1937 com a vigência do Estado Novo. O espaço temporal estabelecido entre 1930 e 1937 não foi contínuo do ponto de vista político como afirmavam muitos ideólogos do Estado Novo, mas sim marcado por embates entre as diversas forças resultantes do movimento de 30. Apesar de terem ocorrido permanências entre os dois períodos, houve também mudanças. Dulce Chaves Pandolfi nos fala que “o Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 30.”⁵

Com o início do Governo Provisório, diversas alterações passaram a ocorrer na história política, social e econômica do Brasil. Medidas intervencionistas e centralizadoras, inspiradas no pensamento direitista internacional entraram em vigor: revogou-se a Constituição de 1891, considerada liberal; fechou-se o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; interventores foram nomeados para os estados.

Os embates políticos entre os diversos grupos que participaram do movimento de 30 não tardaram a acontecer. Isso ocorreu porque havia uma heterogeneidade entre eles, tanto do ponto de vista político, quanto nos aspectos social e ideológico. As dissidências oligárquicas queriam apenas ajustes na situação anterior. Já os tenentes, aliados aos “revolucionários” civis, queriam reformas mais profundas que feriam os interesses das oligarquias.

⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2, p. 35.

No que se refere ao tempo de duração do Governo Provisório, as divergências ocorriam entre os oligarcas, que buscavam a instalação imediata da democracia, e os tenentes com seus aliados civis, que queriam o retorno ao regime constitucional somente após a realização das reformas sociais. Estes possuíam o receio que a volta da “democracia” resultasse no retorno do poder às mãos das oligarquias regionais, e este pensamento não era algo infundado, pois as oligarquias ainda possuíam influências em suas regiões.

Houve desentendimentos, também, quanto à forma de Estado que iria ser implantada: os tenentes queriam um regime forte e apertado e os oligarcas, exceto os do Norte e Nordeste, buscavam um regime liberal e federativo.

Para fazer frente ao poder das oligarquias, os tenentes criaram, em fevereiro de 1931, o Clube 3 de Outubro, cujas funções seriam: pressionar o Governo Provisório e debater temas de interesse da corporação.

As reivindicações dos tenentes foram parcialmente contempladas por Vargas, desde o início do governo, através das medidas intervencionistas, centralizadoras e nacionalistas. As próprias interventorias, que possuíam tenentes à frente, eram um exemplo. No que se refere à área social, foram criados, ainda em 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Além disso, passaram a ser publicados uma série de decretos e leis de proteção ao trabalhador e de nacionalização do trabalho. Foi produzida, também, uma legislação sindical de caráter corporativo, cuja intenção era subordinar os sindicatos à tutela do Estado. Através de um modelo de sindicato único tentava-se ter um controle sobre patrões e empregados. Para estes, a sindicalização não era obrigatória, mas acabava tornando-se compulsória, já que o trabalhador só poderia usufruir dos novos benefícios sociais caso fosse sindicalizado. Esse sindicalismo corporativo tornou-se oficial durante o Estado Novo.

Percebe-se que, tanto a legislação trabalhista, quanto a representação corporativa e o fortalecimento do governo central, comungavam com os anseios tenentistas.

Em termos econômicos, as medidas também foram pautadas na centralização e intervenção, como queriam os tenentes: a criação do Conselho Nacional do Café, em 1931, e do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1932, foram exemplos claros dessa política. A partir dos anos 30 seria desencadeado o processo de industrialização do país.

O favorecimento de Vargas aos tenentes acabou deixando vários setores insatisfeitos. Tanto a alta oficialidade militar quanto os oligarcas não se encontravam nada contentes com as medidas adotadas. Os primeiros não aceitavam as promoções concedidas aos tenentes e os últimos eram contrários à centralização e à nacionalização. Apesar das concessões dadas por Getúlio às várias forças, buscando a tranqüilidade dentro do espírito da ordem e do progresso, as resistências continuaram.

As facções oligárquicas passaram a rearticular-se para fazerem frente ao avanço do tenentismo e para exigirem o término do regime que, segundo eles, era pautado na arbitrariedade. O Partido Republicano Mineiro (PRM), derrotado em 1930, aliou-se ao Partido Democrático (PD), um dos vitoriosos, para formarem a Frente Única Paulista. Uniões como essas ocorreram em outros estados, como o Rio Grande do Sul. É importante lembrar que os partidos políticos, nesse período, não possuíam caráter nacional, sendo organizações com as mesmas características da República Velha. Esses partidos foram duramente atacados por ideólogos antiliberais, como Oliveira Viana, que os consideravam apenas como “simples agregados de clãs organizados para a exploração da vantagem do Poder; meras associações de interesses privados ou delegações de pequenas oligarquias politizantes.”⁶

Segundo este autor, que era um dos principais expoentes da doutrina antiliberal, “a unidade nacional, a modernização institucional e a conciliação dos interesses sócio-

⁶ Apud SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. 2 ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1983, p. 67.

econômicos eram solapados pelas instituições liberais. Fazia-se necessário, dessa maneira, a imposição do autoritarismo, que seria a única forma de sobrevivência autônoma do país.”⁷

Na oposição, as oligarquias organizavam-se objetivando fazer frente à continuação do Governo Provisório com sua ideologia antiliberal. As elites paulistas uniram-se, então, e passaram a pedir o fim da intervenção federal no estado, bem como a volta do país ao governo constitucional. Esta união resultou na Revolução Constitucionalista de 1932, caracterizada pela mobilização maciça dos paulistas que pegaram em armas e foram à batalha. Apesar da mobilização, os paulistas saíram derrotados, já que não contaram com o apoio de nenhum outro estado. No campo político, contudo, obtiveram ganhos, pois conseguiram a nomeação de um interventor paulista e civil para o estado, além da convocação da Assembléia Constituinte para o ano de 1933.

Diante da inevitabilidade da Assembléia Constituinte, o tenentismo, que estava em declínio, dividiu-se, assumindo várias posturas: alguns tenentes rearticularam as agremiações partidárias e se alistaram; outros romperam com o governo e aderiram a movimentos que negavam o regime, como o integralismo e o comunismo; existiram, ainda, os que assumiram uma postura de neutralidade e distanciamento.

A disputa das eleições, em 1933, acabou acontecendo entre partidos políticos de caráter estadual, e não nacional. Foram introduzidas novidades como o voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral. Ocorreu também a inserção da representação classista, sendo 40 deputados eleitos escolhidos pelos sindicatos. Com essa medida, o governo buscava reduzir a influência das oligarquias estaduais no Congresso Nacional, já que a escolha de deputados pelos sindicatos corporativistas, “controlados” pelo Estado, acrescentava parlamentares sintonizados com as propostas de Vargas.

⁷ Apud SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**, p. 67 .

Durante a eleição para a Assembléia Constituinte, os partidos situacionistas, articulados pelos interventores, levaram a melhor, como o Partido Progressista, de Minas Gerais, e o Partido Republicano Liberal, do Rio Grande do Sul. Uma das exceções foi o estado de São Paulo, onde venceu a Chapa Única por São Paulo, constituída pelo Partido Republicano Paulista e pelo Partido Democrático.

Após vários meses de Assembléia Constituinte, a nova constituição foi promulgada a 16 de julho de 1934, tendo Getúlio Vargas sido eleito, indiretamente, presidente da República. Era o início do Governo Constitucional.

1.4 O Governo Constitucional

A nova ^econstituição era bastante minuciosa e tinha inspiração na Constituição de Weimar, onde constava, pela primeira vez, um capítulo sobre a ordem econômica e social. Afora esse capítulo, possuía um caráter ortodoxo-liberal, o que causou um grande descontentamento em Vargas.

A Carta Constitucional assegurava: o regime federativo; o intervencionismo do Estado em assuntos econômicos e sociais; o predomínio do Poder Legislativo no sistema político; a manutenção da representação classista; a instituição da Justiça do Trabalho; a extensão do direito de voto; os direitos sociais conquistados; o estabelecimento de eleições diretas para os cargos do Poder Executivo; etc. A racionalização do serviço público também foi tratada, através da criação dos conselhos técnicos.

Como foi dito, Getúlio estava bastante insatisfeito com a Constituição devido ao caráter liberal que o texto possuía. Para ele e seus aliados, “o liberalismo estava em crise e os novos tempos pediam governos fortes”.

Promulgada a Constituição e Vargas eleito, este deixou os tenentes de lado na composição ministerial, dando lugar aos estados que o apoiaram durante a elaboração da Carta Magna. O presidente aproximou-se mais dos militares, não dos tenentes, implantando uma política direcionada para o Exército, cujo objetivo era fazer desta instituição uma classe unida, sem influências políticas e consolidada como uma organização integrante do poder central. O apoio do Exército seria decisivo para a implantação do Estado Novo.

Devido ao restabelecimento da ordem legal, ocorreu o recrudescimento da luta política. Dois grandes movimentos não-partidários de abrangência nacional foram formados: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A AIB tinha Plínio Salgado como líder. Inspirada no fascismo italiano, pautava-se no nacionalismo e moralismo extremados. Combatia os partidos políticos existentes, além de defender a integração total da sociedade e do Estado.

A ANL era liderada por Luís Carlos Prestes. Tinha como inspiração o modelo de frentes populares. Em seu meio existiam comunistas, socialistas e liberais desiludidos. Defendia as propostas antiimperialistas e levantava a bandeira da reforma agrária e das liberdades públicas. Esta organização sofreu bastante perseguição por parte do governo.

Em 1935, foi deflagrado um movimento pela ANL cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo de caráter popular. Conhecido como Intentona Comunista, o movimento concentrou-se apenas nos quartéis do Exército, não contando com o apoio do operariado como deveria ocorrer. Tal levante deu-se nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, tendo como líder, Luís Carlos Prestes. A rebelião foi rápida e violentamente debelada, com a aplicação de várias penas aos seus participantes, como a prisão.

A partir desse acontecimento, o regime endureceu, passando a exagerar o perigo de uma revolução comunista. Com isso, muitos ganhos políticos obtidos na Constituição de 1934 foram suspensos, tendo como alegação o “perigo iminente”, representado pelos comunistas. Os liberais acabaram recuando diante da organização do movimento popular, cedendo ao pedido do governo. O próprio Congresso Nacional limitou seu poder, o que levou o Executivo a aumentar enormemente seu poder de repressão.

Apesar de conseguir o apoio dos políticos para a causa do anticomunismo e de ampliar seus poderes, Getúlio não obteve a base necessária à prorrogação de seu mandato, já que era preciso adesão de dois terços do Congresso para esse fim.

A partir de 1936, as atenções das principais forças políticas convergiram para a sucessão presidencial. Três candidatos foram lançados: Armando de Sales Oliveira, representando a oposição; José Américo de Almeida, a situação; e Plínio Salgado, representando os integralistas.

Com o intuito claro de anular as eleições presidenciais, que iriam ocorrer em 1938, e conseguir permanecer a frente do Estado, Vargas, juntamente com os integralistas, divulgaram, em 30 de setembro de 1937, o Plano Cohen, um documento fraudado em que se relatava a preparação de uma insurreição comunista no Brasil. Decretou-se o estado de guerra e foram suspensas as garantias constitucionais por 90 dias.

Iniciava-se o golpe. Faltava somente o apoio mais contundente dos estados para esse intuito. Isso foi conseguido através da missão do deputado Negrão de Lima, que obteve êxito, principalmente nos estados considerados mais fracos.

No dia 10 de novembro de 1937, o Congresso foi cercado pela Polícia Militar. Era o fim do Governo Constitucional e o início do Estado Novo.

1.5 O Estado Novo

O período conhecido como Estado Novo teve início em 1937 e estendeu-se até 1945. Sob a liderança absoluta de Getúlio Vargas, esse momento histórico não apresentou uma única característica do princípio ao fim. O processo de concentração do poder, bem como de legitimação, foi sendo construído pelos anos subseqüentes a 1937. A partir de 1943, o que se viu, no entanto, foi a crise do regime que resultou na saída de Vargas da presidência no final de 1945. Fatores externos, como a Segunda Guerra Mundial, teriam contribuído sobremaneira para a desagregação do Estado autoritário.

Ainda em 1937, foram extintos os partidos políticos, entre eles a Ação Integralista. O Congresso Nacional foi fechado e substituído por Conselhos Técnicos. Foi “imposta” à nação uma nova Constituição de características antiliberais e nacionalistas, que se inspirava nos regimes totalitários europeus, embora guardasse características peculiares, como a ausência de qualquer partido político. Devido a fatores como esses é que se afirmou que o regime iniciado em 1937 foi autoritário, e não totalitário como o nazismo e o fascismo.

No que se refere à abolição dos partidos políticos, percebe-se que esta foi o resultado de toda uma ideologia, de conteúdo autoritário, que vinha sendo construída desde 1930, cujo cerne era o de que os partidos só causavam confusão, desentendimentos e provocavam, dessa maneira, instabilidade no país. Fazia-se necessário um governo forte que pudesse integrar toda a nação em torno do objetivo do progresso, bem como unir o povo brasileiro, que se encontrava “fragmentado”, em torno de um sentimento de nacionalidade. A cerimônia da queima das bandeiras dos estados tornou-se a concretude do término do regime federativo. Os estados passaram a ser governados por interventores nomeados por Vargas, que os podia substituir a qualquer momento, quando não estivesse satisfeito. Buscando, ainda, uma maior

integração entre os estados, foram abolidos os impostos interestaduais, além de serem severamente controladas pelo Exército as forças públicas regionais.

Com o intuito de possuir maior controle sobre as estruturas estaduais, Vargas passou a modernizar a estrutura administrativa do Estado. Criou-se uma extensa rede de órgãos burocráticos: as antigas e as novas oligarquias foram incorporadas a um sistema que se baseava nas interventorias, acopladas a órgãos burocráticos que, por sua vez, subordinavam-se ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, com a função primordial de estabelecer uma ligação entre o Executivo Federal e a política dos estados.

Técnica e burocracia foram elementos que passaram a fazer parte dos serviços públicos. Era a busca de Vargas pela eficiência do aparelho do Estado: substituiu-se o critério da influência política, para a admissão no emprego público, pelo critério da capacidade, medida através de concursos. Era preciso racionalizar o mundo do trabalho para que o progresso ocorresse.

Todo o aparato administrativo, no entanto, não resultaria em nada, caso o governo não possuísse legitimidade. Por isso, essa foi uma das primeiras preocupações de Vargas: a de obter o apoio da população, principalmente da classe trabalhadora. Buscando tornar seu governo legítimo, foram utilizadas duas ferramentas: a propaganda política e a repressão aos opositores. No que tange à repressão, mostrou-se bastante violenta desde o início, expressando-se na forma de torturas, prisões, exílios e até mortes. Em se tratando de censura e propaganda política, estas ficaram a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, cuja tarefa era a de “analisar” todo o conteúdo cultural produzido durante o período, aprovando somente o que fosse favorável ao governo. Sua missão era também a de divulgar a ideologia do Estado Novo e engrandecer a figura de Getúlio Vargas.

Em termos de legislação social, o que se viu foi uma tentativa mais enérgica de controle social, através da criação de vários órgãos para regulamentar as relações de classe. Na área sindical, o corporativismo foi regulamentado: o controle do governo tornou-se intenso sobre os sindicatos, procurando mediar as contendas entre patrões e empregados, buscando, como sempre, a ordem e a pacificação, com o objetivo de evitar qualquer levante da classe trabalhadora. Ainda instituiu-se o sindicato único por categoria e o imposto sindical, cobrado compulsória e anualmente de todos os trabalhadores e equivalente a um dia de trabalho. Este imposto, que era recolhido pelo Ministério do Trabalho, destinava-se a remunerar os funcionários dos sindicatos. Isso acabou sendo responsável pelo surgimento dos “pelegos”, trabalhadores descompromissados com sua classe e que, beneficiados pelo sistema sindical, identificavam-se com o governo. Como ganhos sociais, têm-se, ainda, a criação do salário mínimo, em 1942, bem como a sistematização do Conjunto de Leis referentes ao mundo do Trabalho (CLT), em 1943.

Em termos econômicos, projetou-se o desenvolvimento em novas bases, passando-se a priorizar o desenvolvimento do setor industrial, com a participação do Estado. Este seria o agente da política econômica. A Constituição de 37 definia a “necessidade de intervenção do poder público na economia para suprir as deficiências da iniciativa industrial e coordenar os fatores de produção”⁸. O governo passou a incentivar o mercado interno, através de uma política de substituição das importações e estímulo ao desenvolvimento industrial, como já foi dito. A meta do progresso indicava a ordem como parceira. Houve atenções especiais para as indústrias de base e para as indústrias pesadas, citando como exemplo a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. Ainda visando “orientar” a iniciativa privada, foram criados órgãos de assistência

⁸ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2, p. 118.

técnica ou incentivadores de atividades econômicas, como foi o caso do Instituto Nacional do Mate, em 1938.

1.6 A queda do Estado Novo

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e seus reflexos no Brasil, contribuiriam bastante para o declínio e fim do Estado Novo. Embora se saiba que fatores internos também teriam sido importantes para o término do regime autoritário, o que se observa é que o conflito mundial teve enorme influência sobre a conjuntura política interna. Dentre os seus efeitos imediatos sobre o Brasil, tem-se a crise econômica, o que ocasionou uma grande onda inflacionária no país. Isso, no entanto, acabou estimulando a produção de manufaturas em solo brasileiro. A questão crucial para a decadência do regime foi a posição que o Estado brasileiro tomou em relação ao conflito: inicialmente encontrava-se indeciso; em uma segunda fase, tendeu a apoiar os regimes fascista e nazista; depois, passou a conversar com os Estados Unidos, representante dos aliados, buscando financiamento para a construção de uma indústria pesada, o que acabou conseguindo. Essa aproximação dos americanos acabou gerando uma retaliação alemã, que afundou vários navios brasileiros. Tal fato levou à mobilização da população pela entrada do Brasil na guerra, o que acabou ocorrendo em 21 de agosto de 1942.

O apoio do Brasil dado às “forças democráticas” acabou sendo contraditório, já que se vivia no país sob um regime autoritário, com forte conteúdo antidemocrático. Isso acabou ocasionando críticas internas à postura ambígua do governo. A partir de 1943, as manifestações pela redemocratização do país sucederam-se, não só provocadas por fatores

externos, mas também internos, como o fim do prazo estabelecido pelo Estado Novo para a legitimação da Constituição de 37 através de um plebiscito. O primeiro grande ato de oposição ao regime foi o Manifesto dos Mineiros, em que se exigia a participação política dos agentes do progresso econômico, isto é, um desenvolvimento político no mesmo nível da prosperidade material.

Terminada a guerra em 1945, com a vitória dos aliados e o conseqüente prestígio dos regimes democráticos e populares, tornou-se impossível aos aparelhos repressores do Estado Novo (política ou censura) controlar as manifestações em favor da volta da democracia. As contradições do governo foram apontadas por todos os setores da sociedade. O primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em 1945, exigia liberdade de expressão e fim da censura.

O regime autoritário passou, então, a abrir-se, com os partidos políticos tornando à cena: a União Democrática Nacional (UDN), representante dos setores liberais e conservadores das oligarquias, tinha no “liberalismo, antigetulismo e intervencionismo suas principais bandeiras”⁹; o Partido Social Democrático (PSD), representante das oligarquias que apoiavam Vargas e dos industriais, possuía na “habilidade política, no pragmatismo e no conservadorismo suas principais características”¹⁰; o Partido Trabalhista do Brasil, criado por Getúlio para ser o representante dos setores trabalhistas, tinha como principais elementos “o getulismo, o trabalhismo, o reformismo e o nacionalismo”¹¹; e o Partido Comunista (PCB), que ressurgiu após vários anos na ilegalidade, buscando defender idéias socialistas.

Ainda buscando conter as pressões e manter o controle da situação, Vargas concedeu anistia aos presos políticos e convocou eleições para presidência da república e para o Congresso Constituinte para 2 de dezembro de 1945.

⁹ Elementos extraídos de DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2, p. 136.

¹⁰ *Ibid*, p. 138.

¹¹ *Ibid*, p. 140.

Alguns setores deixaram de apoiá-lo, como as Forças Armadas. Outros, contudo, passaram a declarar que o queriam no poder - era o chamado “queremismo”, que, embora muitos afirmassem ser um movimento articulado pelas forças ligadas a Getúlio, na realidade foi um “movimento espontâneo da população trabalhadora” atingida pelos benefícios sociais concedidos por Vargas. Ele teve o apoio, ainda, dos comunistas, que passaram a apoiá-lo devido ao seu programa nacionalista, que poderia ser importante na luta contra o imperialismo norte-americano.

Com a eleição presidencial marcada, as campanhas estabeleceram-se em torno das candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e do general Eurico Gaspar Dutra (PSD), apoiado por Vargas.

Mesmo com as eleições postas, Getúlio ainda tentou articular com os setores da esquerda tomando medidas de seu agrado, na tentativa de formar um grupo de apoio para a sua permanência no poder. No entanto, em outubro de 1945, um grande comício pró-getulista foi proibido pelo chefe de polícia do Distrito Federal. Houve reação de Getúlio que o substituiu pelo seu irmão, Benjamim Vargas. Góes Monteiro, ministro da Guerra, não concordou e junto com Gaspar Dutra depôs Vargas.

Devido à ausência de um vice-presidente, o governo foi entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, até dezembro, quando seriam realizadas eleições. Nestas, o vitorioso foi o candidato da coligação PTB e PSD, Eurico Gaspar Dutra, obtendo 55% dos votos.



2 A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA E POPULISTA (1945-1964)

2.1 Considerações Iniciais

Após a queda de Getúlio Vargas, e com a eleição de Eurico Gaspar Dutra em fins de 1945, tinha início um novo momento da história brasileira, caracterizado pela democracia de cunho populista. Esta democracia, no entanto, não foi plena, mas relativa, já que “esse processo transitório trouxe consigo a marca do paradoxo, ocorrendo mudanças com permanências”.¹²

A redemocratização que se deu foi pressionada pelos setores da elite, sendo planejada e conduzida pelo próprio governo, como foi o caso da anistia e da criação dos partidos políticos. Novos elementos apareceram, como a criação de “partidos políticos de âmbito nacional”,¹³ embora se observe que elementos concernentes ao Estado Novo permaneceram nesse novo período, tais como: o corporativismo sindical e a restrição ao direito de greve, que só teria legalidade quando aprovada pelo Ministério do Trabalho.

No que se refere aos partidos políticos surgidos nessa época, percebe-se a existência de um triângulo que circundava a figura de Vargas – o PTB e o PSD, manifestando apoio, e a UDN, fazendo oposição. O PCB, que voltava ao cenário político, corria por fora. Ao contrário dos três primeiros, este possuía um programa nítido, vinculado ao “ideário” de revolução socialista mundial. Em 1947, contudo, tornaria à ilegalidade, após ter seu registro cassado, bem como o dos seus parlamentares eleitos em 1946.

¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**, p. 131.

¹³ *Ibid*, p. 134.

As características dos partidos, no entanto, foram mudando à medida que surgiam novas conjunturas econômicas, sociais e políticas. Fatos como o suicídio de Vargas iriam alterar o sistema político de maneira considerável. O perfil da sociedade brasileira também experimentaria mudanças importantes nesse período por meio do grande crescimento da população urbana. Isto também influenciaria no ambiente político delineado até 1964, quando ocorreu uma ruptura político-institucional através de um golpe de caráter civil-militar, pondo fim à democracia que, apesar de possuir sutilezas “conservadoras”, além de experimentar várias fases e tentativas de golpes, foi o primeiro grande momento de participação política do povo brasileiro.

2.2 O Período Dutra

O fato mais importante ocorrido no primeiro ano do Governo Dutra foi o estabelecimento da Assembléia Constituinte, na qual não constavam blocos regionais e estaduais, mas nacionais. Além do mais, existia um elemento novo, que era a presença de uma bancada comunista, responsável por imprimir idéias socialistas à nova Carta Constitucional.

Em 18 de setembro de 1946, anunciava-se à Nação o novo texto constitucional. Este possuía caráter liberal, mas com disposições restritivas. Dentre os seus principais itens, estão: “o estabelecimento dos três poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário - de modo independente; a autonomia dos estados e municípios; o estabelecimento de eleições diretas para os diversos cargos políticos; o voto secreto concedido aos brasileiros maiores de 18 anos alfabetizados; etc.”¹⁴

¹⁴ BARROS, Edgard Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1992, p. 24.

“A negação do voto aos analfabetos, aos praças de pré, bem como a inelegibilidade dos sargentos”¹⁵ eram dispositivos que restringiam a liberdade eleitoral. Outras características conservadoras encontradas no texto constitucional, foram: “a manutenção da propriedade da terra, do corporativismo sindical e a restrição ao direito de greve.”¹⁶

A partir de 1947, o governo Dutra alterou os rumos de sua política, “deixando de lado o apelo às massas como elemento de legitimação, para buscá-la em uma coalizão conservadora entre PSD e UDN”.¹⁷ Destacando-se pela UDN nos anos seguintes, surgiu Carlos Lacerda, grande defensor de bandeiras conservadoras e golpistas. A política de Dutra buscava, nesse momento, atender aos diversos setores da classe dominante, dentro de uma perspectiva de consenso. O Estado passava a intervir menos na economia, favorecendo os negócios das empresas nacionais e estrangeiras. Após a liberalização do câmbio, no entanto, as importações extrapolaram o permitido, fazendo com que as divisas do país, obtidas durante a Segunda Guerra Mundial, escasseassem, devido à grande importação de bens de consumo. Isso produziu uma grave crise econômica, levando o governo a controlar novamente o câmbio.

Ainda em 1947, dentro da nova política restritiva, cassou-se o registro do PCB e o mandato de seus parlamentares. Esse fato era reflexo, também, do alinhamento que estava em processo entre o governo brasileiro e o americano, inserido na nova conjuntura internacional da Guerra Fria, que era o confronto ideológico entre os países do bloco capitalista, liderados pelos Estados Unidos, e os do bloco comunista, liderados pela União Soviética.

A partir desse momento, utilizou-se bastante o mecanismo repressivo da Lei de Segurança Nacional, outro resquício da Era Vargas, além da recorrência ao impedimento constitucional para a livre associação. O governo passou a tomar uma forte atitude de perseguição política em pleno momento “democrático”.

¹⁵ BARROS, Edgard Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*, p. 24

¹⁶ *Ibid*, p. 25.

¹⁷ *Ibid*, p. 25.

Em fins da década de 1940, o cenário da sociedade brasileira já apresentava as camadas médias urbanas e a classe operária com maior peso político em relação a 1945, isto devido à expansão dos setores urbanos e industriais.

Os conservadores da UDN e do PSD, que exerceram considerável influência sobre o governo Dutra, continuavam sem o apoio popular, devido à crise econômica instalada, somando-se, também, ao fracasso do governo no campo social.

Em meio a essa conjuntura, surgia, novamente, nas eleições presidenciais de 1950, a figura de Getúlio Vargas como candidato na aliança do PTB, seu partido, com o PSP, de Adhemar de Barros, e uma parcela do PSD, representando o apoio que obteve da ala conservadora. Através da mudança da imagem de ditador para a de democrata, dirigindo-se com fervor às massas populares, além de ter conseguido anular a oposição militar à sua candidatura devido à conversa com Góis Monteiro, representante da instituição, Vargas conseguiu chegar à chefia da Nação, dessa vez, contudo, pela via democrática do voto da população.

2.3 Vargas novamente no poder

Três palavras resumem bem o seu segundo governo: populismo, nacionalismo e oposição. De fato, foi um período marcado pela radicalização populista, nacionalista e pela forte oposição conduzida pela UDN.

Ao se tratar da política populista, ou de massas, percebe-se que esta foi organizada de modo que tinha um efeito duplo sobre os trabalhadores: por um lado, já que era coordenada por sindicalistas e líderes populistas vinculados aos grupos dominantes e ao Estado, impunha

limites à ação autônoma e aos horizontes ideológicos da classe trabalhadora; por outro lado, ela conduzia a conquistas de interesse popular e, ao estimular a sindicalização, as manifestações nacionalistas e as greves, levou a uma melhoria considerável na organização e na mobilização da classe.

No que se refere à esfera nacionalista, a principal luta ocorreu em torno da questão do monopólio estatal do petróleo. Houve intensos debates e manifestações públicas a esse respeito. As mobilizações públicas tiveram início em 1951 e finalizaram em 1953, quando foi criada a Petrobrás, possuindo o monopólio da prospecção, extração e refino do petróleo, abrindo-se somente a distribuição ao capital privado, inclusive estrangeiro. É importante destacar que o governo mobilizou-se fortemente em torno da nacionalização do petróleo e de outros recursos energéticos.

↑

A política de cunho populista e nacionalista de Vargas contava com o apoio dos trabalhadores e de sua máquina sindical; dos setores nacionalistas das forças armadas, em especial do Exército; dos setores nacionalistas do empresariado e da intelectualidade e do PTB. A oposição era constituída principalmente pelos liberais, agrupados na UDN; pelos militares anticomunistas, agrupados na Escola Superior de Guerra; pelo empresariado brasileiro ligado ao capital internacional e pelo próprio capital internacional - as grandes multinacionais do petróleo.¹⁸

As principais causas dos enfrentamentos políticos eram: a Guerra Fria, o petróleo e a política sindical e trabalhista. Em torno desses fatores, polarizaram-se as posições: de um lado, estavam os nacionalistas, os partidários do protecionismo industrial, da política trabalhista e da independência na política externa; do outro, os que defendiam a abertura do

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Marcha acelerada (1930-1964)*. In: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 128.

mercado ao capital externo, os contrários à aproximação entre governo e sindicatos e os que queriam estreitar os laços com os Estados Unidos.

A partir do segundo ano de mandato, em razão das medidas nacionalistas e populistas adotadas, houve o recrudescimento da luta oposicionista, que já granjeava setores civis e militares descontentes. A nomeação de João Goulart, em 1953, para o Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo em que estabeleceu um maior elo entre o governo e os sindicatos, já que Goulart tinha ligações com o mundo sindical, provocou grande insatisfação nos setores oposicionistas.

O governo teve, em 1954, um momento crucial. Este ano foi marcado por fatos importantes que levaram ao suicídio de Getúlio no mês de agosto. Diversas greves ocorreram, levando Goulart a propor um “aumento de 100% no salário mínimo”¹⁹, questão bastante importante na relação do governo com os trabalhadores.

Esta iniciativa do ministro causou forte reação entre empresários e militares, que o levaram a pedir demissão. Apesar disso, a proposta foi aceita por Vargas, que estabeleceu o novo valor do mínimo.

Em decorrência dessa atitude, fortaleceu-se a conspiração para derrubar o presidente. Um fato, no entanto, precipitou os acontecimentos - a tentativa dos responsáveis pela guarda pessoal de Vargas de assassinar o líder da oposição, Carlos Lacerda, resultando na morte do major Rubem Vaz, oficial da Aeronáutica. Isso fez com que os chefes das três forças exigissem a renúncia de Vargas. Diante das pressões, preferiu matar-se.



¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Marcha acelerada (1930-1964)*. In: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 130.

2.4 De Vargas a Kubitschek

A morte de Getúlio provocou uma reação popular de grandes proporções que resultou na ida de multidões às ruas, na quebra de vários jornais da oposição e no exílio de Carlos Lacerda. Este fato demonstrava a popularidade que ainda possuía Vargas.

Enquanto não ocorriam as eleições, a presidência foi ocupada pelo vice-presidente, o potiguar Café Filho. Nesse período, a oposição, fragilizada, sabia que seria difícil eleger o novo presidente. Por isso, esta buscou a via do golpe em vários momentos, mas não obteve êxito, já que contragolpes foram dados pelos nacionalistas.

O que a UDN temia, aconteceu, que foi a vitória, nas eleições de 1955, do candidato da aliança PSD-PTB, Juscelino Kubitschek, tendo como vice João Goulart, pelo PTB. Diante do resultado, os militares dividiram-se, obtendo êxito os partidários da legalidade.

O intervalo de tempo em que a Nação foi governada por Kubitschek caracterizou-se por uma relativa tranquilidade política. Isto ocorreu devido à política empreendida por Juscelino, baseada na “conciliação de interesses”, tendo na estratégia desenvolvimentista um grande suporte. Presidente que possuía sua base na aliança PSD-PTB, buscou favorecer tanto os setores conservadores de base agrária, quanto os setores industriais e urbanos, incluindo-se, também, o operariado. Um dos únicos segmentos que ficou de fora dos benefícios concedidos durante esse período foi o dos trabalhadores rurais, que permaneceram fora da legislação social e sindical.

A política desenvolvimentista, corporificada no chamado “Plano de Metas”, criado em 1956, estabelecia metas nos setores da energia, transporte, alimentação, indústrias de base,

educação, além da construção da nova capital da República, considerada “a síntese de todas as metas”.²⁰

Essa política baseava-se na utilização do Estado como instrumento coordenador do desenvolvimento, estimulando o empresariado nacional, e também criando um clima favorável à entrada do capital estrangeiro, quer na forma de empréstimos, quer na forma de investimentos diretos. Esse período ficou conhecido como a “época áurea do desenvolvimentismo”, que não excluía a cooperação do capital estrangeiro. Houve investimento pesado em obras de infra-estrutura nos setores energéticos, nas indústrias de base e na construção de estradas. O resultado foi a construção do parque automobilístico pelas multinacionais, além de muitos outros investimentos de natureza privada.

A fundamentação ideológica do nacionalismo-desenvolvimentista vinha do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sendo elaborada no país pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado em 1955, ligado ao Ministério da Educação. O ISEB era o equivalente funcional da Escola Superior de Guerra, porém com uma ideologia inversa à dessa última.²¹

Apesar das grandes realizações materiais, Kubitschek passou a enfrentar dificuldades na fase final de seu governo. A abertura ao capital externo empreendida acabou gerando tanto uma grande dívida para o país, desequilibrando as contas nacionais e gerando uma forte inflação, quanto uma grande reação dos setores nacionalistas, insatisfeitos com a “invasão” dos vários setores produtivos empreendida pelas multinacionais.

²⁰ BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**, p. 44.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *Marcha acelerada (1930-1964)*. In: **Cidadania no Brasil: o longo caminho**, p. 133.

As eleições presidenciais de 1960 demonstrariam que a situação política estava mudada: a até então vitoriosa aliança entre PSD e PTB não conseguiu eleger seu candidato à presidência, perdendo a disputa para Jânio Quadros, que tinha o apoio da UDN. O vice, contudo, saiu na tradicional chapa PSD-PTB: João Goulart. A proveniência do presidente de um partido opositor ao do vice marcou essa eleição pela peculiaridade. Isso mostrou que a UDN não possuía barganha para eleger um chefe para a Nação, tornando-se mais uma conquista pessoal de Jânio Quadros, do que propriamente a força política do partido.

2.5 O Período Jânio Quadros

O período de sete meses em que o país foi governado por Jânio Quadros demonstrou o caráter conservador e autoritário que ele possuía. A tentativa de controle dos sindicatos, a repressão aos protestos camponeses do nordeste, a repressão a estudantes rebeldes e a busca por moralizar a administração pública foram exemplos marcantes de seu estilo.

No curto espaço de tempo em que governou o Brasil, conseguiu desagradar vários setores da sociedade, desde empresários até operários, através da adoção de medidas bastante impopulares: o congelamento dos salários, a restrição ao crédito, o corte de subsídios federais e a desvalorização do cruzeiro. Ao invés de amenizarem a crise econômica, essas ações acabaram provocando forte reação dos vários setores. Acrescenta-se aí a adoção de uma política externa independente, buscando relações diplomáticas e comerciais com o bloco comunista, o que desagradou profundamente os americanos e os setores internos a eles relacionados.

Toda essa política provocou uma grande pressão da oposição contra Jânio, que acabou renunciando, embora se saiba que esta renúncia tenha sido possivelmente uma tentativa frustrada de obter o poder de maneira discricionária, eliminando a figura do vice-presidente, João Goulart. A renúncia, no entanto, foi aceita pelo Congresso, embora tenham sido criados “obstáculos” à posse de Goulart, que só foi resolvida através da implantação de um regime parlamentarista, com o objetivo claro de cercear os seus poderes. Esses entraves colocados pelos militares e pela oposição, simbolizada na UDN, eram demonstrações de que o populismo já estava em crise.

2.6 O Período João Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964

Desde o final do governo Kubitschek, o panorama político brasileiro encontrava-se estruturalmente modificado. A própria conjuntura social e econômica do país teria contribuído para essa mudança, que acabou produzindo um novo conceito de democracia, agora bem mais amplo, em virtude de “um forte movimento de ampliação da cidadania, dado através do crescimento de múltiplas formas de organização social e política”.²² Passaram a participar, nesse momento, do cenário político “sujeitos históricos até então excluídos nos embates democráticos”.²³

De fato, muita coisa estava mudada, a começar pelos partidos que começavam a fragmentar-se, isto é, a ver suas alianças desfeitas em favor de novas alianças requisitadas pela conjuntura. Exemplo desse rearranjo pode ser percebido no afastamento de parlamentares

²² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**, p. 147.

²³ *Ibid*, p. 147.

do PTB da aliança com o PSD, para unirem-se com o PCB na defesa de uma “efetiva reforma agrária para o Brasil”. Em movimento contrário, a UDN buscou alianças com o PSD para impedir qualquer reforma nesse sentido.

Ao mesmo tempo em que os interesses fragmentavam-se, as posições seguiram em direção à polarização, tanto no meio estritamente político, quanto no ambiente da sociedade civil. Os dois blocos formados eram: de um lado, grupos reformistas e nacionalistas, identificados com a esquerda progressista; do outro, segmentos que defendiam uma maior internacionalização da economia nacional, um alinhamento efetivo aos Estados Unidos e ao bloco capitalista e a não implementação pelo governo das reformas de base, principalmente da reforma agrária, sendo identificados com a direita conservadora.

Em meio a esse “fogo cruzado”, encontrava-se João Goulart na chefia da Nação, primeiro em regime parlamentarista e, após o plebiscito realizado em janeiro de 1963, efetivamente como chefe de uma República Presidencialista.

Durante seu governo, o processo de polarização política radicalizou-se: de um lado, encontrava-se a chamada Frente de Mobilização Popular - um movimento nacionalista que buscava as reformas de base, além de leis e programas econômicos nacionalistas - que congregava as Ligas Camponesas, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Frente Parlamentar Nacional (FPN), esta se constituindo em uma união conjuntural de políticos na defesa de interesses nacionalistas e reformistas; do outro lado, encontrava-se a oposição direitista-liberal, composta pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), cuja função era a de combater o comunismo no Brasil, pela sociedade civil organizada, através da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), pela Frente da Juventude Democrática (FJD), pelo Movimento Sindical Democrático (MSD) e pela Ação Democrática Parlamentar (ADP), que consistia na união conjuntural de parlamentares no Congresso com ideais liberais e anticomunistas.

Apesar de pressionado tanto pela esquerda, quanto pela direita, o governo de Goulart foi bastante atuante. Em 1963, promulgou-se o Estatuto do Trabalhador Rural, que era a extensão da legislação social e sindical ao campo. Isso acabou deixando os proprietários de terra e os Estados Unidos inquietos, já que o sindicalismo rural unia-se a um movimento de esquerda que pedia a “famigerada” reforma agrária.

As pressões, no entanto, continuaram, exigindo reformas na estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional, além da própria estrutura política. Acrescente-se aí a insatisfação dos militares, que estavam enfrentando problemas na hierarquia da corporação.

Diante das pressões, Goulart acabou cedendo à esquerda concordando em realizar grandes comícios populares como forma de pressionar o Congresso a aprovar as “Reformas de Base”. Através de discursos populistas e ações de caráter nacionalista e reformista, o presidente buscava o apoio da população, mas acabou criando uma oposição numerosa, em virtude do perigo comunista eminente que a direita passou a exagerar.

Os acontecimentos que surgiram em março de 1964, e que envolveram os militares, foram apenas o estopim de um processo que visava derrubar João Goulart da presidência. A reação do chefe da Nação diante de uma revolta de marinheiros e fuzileiros navais não foi das melhores, já que resultou na concessão da anistia aos revoltosos. A ameaça de insubordinação provocada pela anistia acabou gerando apreensão quanto à sobrevivência da organização militar. Os militares, então, decidiram-se pela “revolta”. Esta acabou sendo antecipada, em razão de um discurso radical proferido por Goulart em uma reunião de sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Em 31 de março de 1964, os revoltosos militares movimentaram-se e conseguiram depor o presidente. Terminava, nesse momento, a chamada democracia populista, ou populismo democrático e tinha início o período ditatorial militar.

3 DA REPÚBLICA MILITAR À NOVA REPÚBLICA

}

3.1 O Período Ditatorial Militar

|

Teve início, em abril de 1964, um regime de forte caráter autoritário, conduzido pelos militares, que passou a possuir na censura e na forte repressão aos que a ele se opunham suas principais características.

Estabelecido o controle da Nação, alterações foram sendo introduzidas no regime à medida que o poder via-se ameaçado. Foram sendo produzidos os chamados Atos Institucionais, como o N°2, que extinguiu os partidos políticos até então existentes, criando duas organizações com funções partidárias: a Aliança Revolucionária Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo a primeira vinculada ao governo, e o segundo, à oposição. É importante lembrar que estas medidas buscavam dar legitimidade ao governo, pois “a legitimação era uma preocupação dos militares, principalmente porque a destituição de João Goulart havia sido, segundo os golpistas, para garantir a ‘normalidade democrática’”.²⁴

Foi, contudo, com o AI-5 (Ato Institucional N°5), decretado em 13 de dezembro de 1968, que ocorreu o recrudescimento do regime. Tal medida visava conter a pressão da sociedade civil e de vários políticos contrários ao Golpe. Através deste ato, foram criadas “condições de absoluto controle sobre todo o processo político, favorecendo a mais ampla utilização do aparato repressor do Estado de Segurança Nacional.”²⁵

²⁴ RÊGO, João. *As bases sócio-econômicas dos partidos políticos no Brasil: 1982/90*. 1993. 120f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 67.

²⁵ RÊGO, João. *As bases sócio-econômicas dos partidos políticos no Brasil: 1982/90*, p. 69.

Apesar do endurecimento do Regime, a oposição não deixou de existir, aparecendo de maneira estruturada nas eleições de 1973, com o MDB ganhando a confiança de todos os segmentos da sociedade que queriam o fim do autoritarismo. No entanto, foi nas eleições de 1974 que o partido conseguiu mais votos que a ARENA, passando a preocupar ainda mais o governo. Mecanismos que cerceavam a ação política foram implantados. Um exemplo foi a Lei Falcão, que restringia consideravelmente a propaganda dos candidatos.

Mesmo diante de todas as medidas que objetivavam “imprensar” a oposição, esta continuava crescendo eleitoralmente, o que levou o presidente Ernesto Geisel a decretar o fechamento do Congresso Nacional no ano de 1977. Através da Emenda Constitucional N°8 de 1978, vários critérios para as eleições foram colocados com o intuito de garantir maioria no Congresso: eleições indiretas de uma parte dos senadores era um exemplo.

No entanto, o MDB tornava-se cada vez mais estruturado, aglutinando, em seu meio, de forças conservadoras a socialistas e comunistas. Em decorrência da tentativa do governo de impedir a exposição pública das propostas do partido, este passou a fortalecer seus vínculos com os chamados “movimentos de base”, passando a estar, dessa maneira, ligado aos mais variados segmentos sociais.

O ano de 1978 tornou-se problemático para os militares, já que a sociedade começava a pressionar o regime com mais firmeza em virtude da crise econômica resultante, de maneira particular, do endividamento do país. Uma boa parte da população sentia fortemente os efeitos do chamado “arrocho salarial”.

Nesse contexto, o movimento sindical ressurgiu com força, através de greves bem mais elaboradas, principalmente na região do ABC paulista. Com estratégias de paralisação que se davam no interior das fábricas, os trabalhadores conseguiram não só colocar os patrões na parede, como, também, transpuseram as “normas” impostas pelo regime. Suas reivindicações não se limitaram somente a questões salariais, mas buscaram também a

autonomia dos sindicatos, além do fim do próprio regime de exceção. Foi uma demonstração clara de que o “Estado de Segurança Nacional” tinha também seus limites.

Tentando amenizar a situação que era considerada complicada para o regime, Geisel, através de Golbery, que havia sido o ideólogo do Estado de Segurança Nacional, inicia o processo de distensão política, com o objetivo de uma futura abertura democrática. Nesse sentido, põe fim ao AI-5 substituindo-o por mecanismos mais “suaves”. Era necessário descentralizar o Poder Executivo e aumentar a liberalização política tendo como meta finalizar o período autoritário, só que de maneira lenta e gradual, através de um acordo entre quem se encontrava no poder e as forças progressistas de oposição. Foi uma estratégia dos militares que almejavam permanecer no poder o quanto pudessem.

Segundo Guillermo O’Donnell, “existem duas formas de transição: umas rápidas, com forte ruptura com o autoritarismo vigente (transição por colapso); outras lentas e graduais, seguras para as forças até então no poder, fruto de acordos entre conservadores no poder e as forças progressistas de oposição (transições pactuadas) – este foi o caso brasileiro.”²⁶

3.2 O Período Figueiredo e o Início da Abertura Democrática

Em 1979, durante o governo de João Batista Figueiredo, teve início o processo de abertura democrática com a criação de duas leis: a Lei de Anistia Política, que “passava uma borracha”, tanto no passado dos que foram torturados, quanto dos torturadores e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que reinstituía o sistema multipartidário, pondo termo ao sistema bipartidário anterior, além de criar as regras para a existência dos partidos. Esta lei

²⁶ Apud SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2001, cap. 9, p. 335.

possuía a finalidade de “dissolver” a oposição que estava concentrada em torno do MDB, e não era resultado de pressões da oposição pelo pluripartidarismo, mas sim uma estratégia para fragmentá-la.

Assim surgido, o Sistema Partidário Brasileiro tornou-se a principal instituição responsável pela materialização da transição rumo à democracia, embora, como foi dito, dentro de uma estratégia prevista e absolutamente controlada pelas forças governistas, cujo objetivo era dividir as oposições e adiar ainda mais a saída do poder.

Em fins da década de 1970 e início dos anos 1980 surgem, então, vários partidos. Alguns resultaram dos dois existentes no período militar, outros existiam antes do golpe e, alguns, foram criados nesse período.

Da ARENA, formou-se o Partido Democrático Social (PDS). O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), resultou da junção entre o Partido Popular (PP) e o restante do MDB, já que foram proibidas coligações, pelas medidas tomadas entre 1981 e 1982. É importante lembrar que a criação desses e dos demais partidos ficou sujeita a uma série de exigências.

Em se tratando de partidos que voltaram à cena, têm-se: o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla reivindicada por Leonel Brizola, mas que acabou concedida a Ivete Vargas; do Partido Democrático Trabalhista (PDT), cujo dirigente era Brizola; além dos partidos comunistas que ressurgiram, alguns anos depois, como o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PC do B)²⁷, desmembrado do PCB em 1961. Um partido resultante das lutas da classe operária de fins da década de 1970, e que teve bastante importância durante o processo de abertura democrática, foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Este era a materialização política das lutas sindicais, dadas sob a forma de greves e paralisações, ocorridas nos últimos anos da década de 1970, resultantes de toda uma pressão exercida pelo governo sobre os

²⁷ Elementos extraídos de CABRAL, William Azevedo. **Reforma política: uma questão de fidelidade?**. 2005. 81p. Monografia (Graduação em História)- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

trabalhadores. Estes já não eram somente os operários da indústria, mas também os trabalhadores do meio rural, bem como os prestadores de serviço das cidades, como os bancários.

Como consequência do “afloramento” sindical, que muitos chamaram de “Novo Sindicalismo”, em virtude de seu caráter diferente de negociações que eram baseadas, nesse momento, em lutas bem mais intensas, surgiu, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), aglutinadora dos mais diversos segmentos sindicais.

Observa-se que, por essa época, não só os sindicatos passaram a se mobilizar e a lutar pela superação da ditadura, mas também os diversos setores da sociedade civil, tendo à frente a liderança do PT. Estes passaram a clamar pelas eleições diretas para presidente da República. Era o movimento conhecido como “Diretas Já”, que acabou resultando na votação da emenda Dante de Oliveira, em 1984, que não obteve aprovação. Dessa forma, ficava postergada a eleição direta para presidente, o que gerou um sentimento de grande frustração na população brasileira.

As forças opositivas passaram a concentrar-se, todavia, na candidatura de Tancredo Neves para presidente, pela via indireta, no Congresso Nacional. O PT, entretanto, não o apoiou, por ver nele um caráter de conciliação, uma posição de centro e um forte aspecto conservador. Tancredo seria um elemento importante em uma estratégia de abertura lenta, gradual e segura, preconizada por Petrônio Portela durante o governo de Geisel. Um fato que corroborava esta desconfiança era a saída de Tancredo do MDB com a fundação do Partido Popular (PP), em 1978, como interlocutor qualificado da ditadura. Isso acabou o rotulando como “linha auxiliar do governo”, já que o PP reunia a ala conservadora do MDB, além de vários setores do PDS (ex-ARENA). Mesmo com o seu retorno ao seio do MDB, tornado PMDB, Tancredo ficou sem credibilidade, sendo visto como conservador e autoritário.

Outro elemento que acabou “maculando” a candidatura de Neves foi a presença de José Sarney no MDB e, em especial, na sua chapa. Sarney havia sido presidente da ARENA e do PDS. Após perder a candidatura pelo PDS à presidência para Paulo Maluf, saiu do partido para o PMDB, onde foi bem acolhido devido, principalmente, à legitimidade eleitoral que possuía, apesar das taxações de “coronel” que detinha. Sua ida ao PMDB estava inserida, também, em toda uma negociação entre oposição e base governista para que a transição de um regime a outro fosse perfeitamente controlada.

Havia uma preocupação de Sarney com a falta de competência do governo de João Figueiredo que se encontrava “imóvel” diante de toda uma crise econômica e social que tomava conta do país. Isso colocava em xeque todo um poder conquistado que corria o risco de ser perdido, além de condenar os militares ao completo esquecimento. Era necessário fazer a população esquecer, porém das mazelas do regime autoritário. Obter um “lugar” nesse novo rearranjo político era fundamental.

A saída de Sarney do PDS acabou gerando uma crise dentro do partido, que possuía muitos políticos de prestígio como Sarney e que passaram a sentir-se “deslocados” dentro de um partido que tinha em Maluf seu líder. Essa “ala” acabou apoiando a candidatura de Tancredo Neves, passando a se opor à candidatura de Maluf. Formou-se, então, a chamada Frente Liberal que, posteriormente, desvinculada do PDS, constituiu o Partido da Frente Liberal (PFL). Da união deste com o PMDB surgiu a “Aliança Democrática” (AD).

Em janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral consagrou Tancredo Neves presidente do Brasil. O governo dos militares terminou, dando lugar a um presidente civil. Era o início da intitulada “Nova República”.

3.3 A Nova República e a Consolidação Democrática



Com o posterior e inusitado falecimento de Tancredo, coube ao seu vice, José Sarney, assumir a presidência da República e dar continuidade à abertura democrática.

Respeitando os acordos da Aliança Democrática, Sarney assumiu o governo em 1985, ano em que emendas constitucionais favorecedoras da democracia foram aprovadas. A Emenda Constitucional Nº25, de 15 de maio de 1985, restabeleceu as eleições presidenciais diretas e retirou da Constituição o dispositivo referente à fidelidade partidária. Através desta, ficava autorizada a criação de novos partidos e reorganização de todas as siglas que tivessem tido seus registros indeferidos, além de ser concedido direito de voto aos analfabetos. Iniciava-se, pois, a retirada do chamado “entulho autoritário”.

A Emenda Constitucional Nº26, de 27 de novembro de 1985, determinou que o Congresso a ser eleito em 1986 tivesse “atribuições constituintes”. Em 1986, portanto, houve uma eleição de caráter fundamental para a transição democrática, já que o Congresso transformou-se, posteriormente, em uma Assembléia Constituinte.

Existia uma grande expectativa por parte dos setores sociais engajados na luta pelo retorno da democracia. Esta já não era mais vista em seu conceito clássico de direitos e deveres, mas passava a ser tomada como um exercício ampliado de cidadania, isto é, como a ampliação da participação do indivíduo na vida pública. A interação entre Estado e indivíduos não mais precisava ser mediada pelos partidos, já que tal interação passava a ser feita de maneira direta. Isso aconteceu, também, devido à desconfiança que se passou a ter face aos chamados “políticos profissionais”, envolvidos nos mais diversos casos de corrupção.

A maioria da população brasileira esperava que, através da nova constituição, fossem preenchidos seus anseios de participação política, econômica e social. Já os partidos de

esquerda, além de uma parcela do PMDB e os partidos comunistas, como o PC do B, nutriam a esperança de ser removido o “entulho autoritário”, que eram as leis que limitavam a cidadania. Estes buscavam, também, “extrair” da ocasião a elevação da situação social do povo brasileiro através da ampliação do conceito de cidadania. Uma grande parte do PMDB e PFL queria uma “reforma jurídica curta e enxuta”, visando à “organização da vida do país segundo regras representativas e democráticas controladas”. O PFL, particularmente, reivindicava um “ordenamento liberal e anti-estatizante” com a abertura do país aos capitais estrangeiros - a chamada política neoliberal. O PDS, entretanto, buscou lutar contra a “Nova República”.

Tais expectativas começaram a se tornar mais próximas da realidade com a inauguração da Assembléia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987. Esta, encontrava-se sob a presidência de Ulisses Guimarães, uma das pessoas mais importantes nesse processo de condução do país à democracia. Era conhecido como o “Senhor Diretas”, pela sua participação exigindo eleições diretas para presidente. Exerceu grande influência durante a elaboração da Constituição.

A sociedade civil organizada também teve grande participação na elaboração da Constituição, através da aceitação de várias emendas populares propostas através de petições que continham milhares de assinaturas.

A Constituição, aprovada em 5 de outubro de 1988, possuía 245 artigos e 70 disposições transitórias, dando tratamento aos mais variados assuntos: foram estabelecidas eleições diretas, em dois turnos, para os cargos do Poder Executivo, com mandato de 5 anos; a independência dos Três Poderes; a restrição à atuação das Forças Armadas; o voto facultativo, com extensão aos analfabetos e maiores de 16 anos por iniciativa própria. No que se refere aos direitos civis e sociais, percebe-se que foram amplamente assegurados. Dentre os principais tem-se: liberdade de expressão, reunião, privacidade garantida, inviolabilidade do

domicílio, da correspondência e das comunicações, e a proibição de prisão sem ordem judicial. Observa-se, também, a recuperação e ampliação das prerrogativas do Congresso Nacional, bem como do Supremo Tribunal Federal, objetivando limitar as ações do Poder Executivo. Em se tratando dos sindicatos, ficaram asseguradas as suas liberdades e autonomias, estando o governo proibido de intervir nestas instituições.²⁸

Várias reivindicações sindicais foram contempladas: jornada de trabalho de 44 horas semanais; a garantia e universalização do direito de greve, inclusive dos funcionários públicos; a criação da licença paternidade de 5 dias; a extensão da licença maternidade para 120 dias; etc²⁹.

O que se percebe é que a Constituição passava a tratar de muitos pormenores, isto é, tornava-se muito detalhista, como menciona Francisco Carlos Teixeira da Silva:

O estabelecimento de todos esses direitos e garantias no texto constitucional representava, sem dúvida, um mau hábito legislativo. Toda uma série de elementos que podiam ser tratados em legislação comum entrou para a Constituição – como, por exemplo, a jornada de trabalho ou as licenças trabalhistas – gerando duas espécies de questões: de um lado, a Constituição tornava-se pesada, repleta de casuísmos e alvo de ataques de todos os interesses (conservadores) contrariados; do outro, a dinâmica social ficava condicionada às reformas constitucionais, de exigências mais severas e difíceis de alcançar³⁰.

Promulgada a Constituição, faltavam somente as eleições diretas para presidente. Estas ocorreram em 1989, sendo eleito Fernando Collor de Melo, através do voto da maioria dos brasileiros. Completava-se o ciclo da abertura democrática, tornando-se o Brasil uma República Democrática de direto.

²⁸ RÊGO, João. *As bases sócio-econômicas dos partidos políticos no Brasil: 1982/90*, p. 74.

²⁹ *Ibid*, p. 75.

³⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*, p. 343-344.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, percebe-se que o período republicano brasileiro, mais precisamente a época estudada, não foi homogêneo, isto é, não possuiu as mesmas características do princípio ao fim. Notabilizou-se, aliás, pela irregularidade, manifestada na oscilação entre momentos de maior e menor liberdade política.

O Governo de Vargas, ocorrido nas décadas de 1930 e 1940, alternou momentos intervencionistas, como o Governo Provisório e o Estado Novo, com períodos mais liberais, como o Governo Constitucional.

No que se refere à democracia iniciada em 1945, observa-se que, durante os dezenove anos em que esteve em vigor, não apresentou uma só feição, mas transformou-se, adquiriu novas características, à medida que a sociedade brasileira mudava em seus aspectos urbanos e econômicos.

O Regime Militar também não apresentou uma uniformidade, recrudescendo à proporção que eram decretados os Atos Institucionais, atingindo o auge da repressão e intolerância com o Ato Institucional N°5, decretado durante o governo do general Costa e Silva, em 1969. Percebeu-se, contudo, que o período ditatorial começou a sofrer “derrotas”, a partir das eleições de 1974 quando a oposição, simbolizada em torno do MDB, passou a adquirir cada vez mais força e mais integrantes, resultando em uma inevitável abertura à democracia, que se procurou fazer de maneira planejada. Essa abertura, contudo, teve uma característica bastante singular, que foi a forte participação popular, dada através das mais diversas organizações. Estas acabaram influenciando, sobremaneira, a Constituição promulgada em 1988, considerada uma das mais detalhadas já produzidas.

Constata-se, dessa maneira, o processo de avanços e retrocessos pelo qual passou a República brasileira nesse intervalo de tempo. Ao mesmo tempo, chega-se à conclusão ^{de} que houve ganhos nesse período que não ^{peru?} recuaram, como os que tiveram os trabalhadores na área social, visto que passaram a estar mais protegidos contra as arbitrariedades dos patrões, embora passassem a ser mais controlados pelo Estado.

Outro fator importante, ocorrido ainda na década de 1930, foi a nacionalização do país, que deixou de ser visto isoladamente para ser entendido em sua totalidade, isto é, como uma Nação, que tinha um poder central. O regime oligárquico, existente antes de 1930, acabava deixando o país totalmente fragmentado, com o predomínio de uns poucos estados.

Ao se observar a alternância entre autoritarismo e democracia aí existente, tem-se a compreensão da redemocratização ocorrida nos anos 1980, que trazia em seu bojo não só o receio pelo retorno ao autoritarismo, como também o aparecimento de instituições partidárias com projetos políticos bastante frágeis.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. 3.ª ed. São Paulo: Contexto, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CABRAL, William Azevedo. **Reforma política: uma questão de fidelidade?**. 2005. 81p. Monografia (Graduação em História)- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves . **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

CARVALHO, José Murilo de. Marcha acelerada (1930-1964). In: . **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A república no Brasil: ideologia, partidos e relações exteriores**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1990.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves . **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

RÊGO, João. **As bases sócio-econômicas dos partidos políticos no Brasil: 1982/90.** 1993. 120f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001, cap. 9.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. 2^a ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1983.